

---

## OS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS DA GREVE DOS PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM 2012

### HISTORICAL MEANINGS OF FEDERAL UNIVERSITY TEACHERS' STRIKE IN 2012

### LOS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS DE LA HUELGA DE PROFESORES EN LAS UNIVERSIDADES FEDERALES EN 2012

João Alberto da Costa Pinto<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo propõe uma reflexão historiográfica sobre a greve dos professores das universidades federais no ano de 2012. Com base na perspectiva historiográfica do marxismo de João Bernardo, serão analisados os principais impasses da política sindical (do ANDES e do PROIFES) frente ao papel central das Universidades Federais na definição macroestrutural das condições gerais de produção do capitalismo brasileiro, assim como as relações do poder institucional dos gestores-tecnocratas com as funções produtivas do trabalho docente.

**Palavras-chave:** gestores; capitalismo sindical; universidades federais.

**Abstract:** This paper is a historical description of the Federal University Teachers' strike in 2012. Based on João Bernardo's concept of Marxism, the main deadlocks reached between two unions (ANDES and PROIFES) political standpoints will be discussed. The two Unions sustain divergent definitions for the central role of Federal Universities regarding the macrostructure of the Brazilian capitalist mode of production general conditions and the institutional power relations established by technocrat managers to the productive function of teachers' work.

**Key words:** managers; union capitalism; federal universities.

**Resumen:** El artículo propone una reflexión histórica sobre la huelga de profesores de las universidades federales en 2012. Con base en la perspectiva del marxismo de John Bernardo se analizarán los principales problemas de la unión política (ANDES y PROIFES) contra el papel central de las Universidades Federales en la definición de los aspectos estructurales de las condiciones generales de producción del capitalismo brasileño, así como las relaciones de poder institucional gerentes tecnócratas con las funciones productivas de la enseñanza.

**Palabras-clave:** gerentes; capitalismo sindical; universidades federales.

Em 2012, por quatro meses o país assistiu ao desenrolar de uma greve sem precedentes: a quase totalidade das universidades federais esteve em greve contra o governo Dilma Rousseff. A greve mobilizou-se em defesa de uma reestruturação da carreira docente e também por melhores salários. Junto com os professores, além dos estudantes, também estiveram paralisados os funcionários técnico-administrativos, categoria funcional com um dos salários mais baixos do funcionalismo público federal. O governo Dilma Rousseff tem no seu comando institucional um expressivo corpo de gestores-tecnocratas com trajetórias políticas de esquerda, a começar pela própria presidenta. Grande parte dessa tecnocracia tem suas origens políticas junto a partidos socialdemocratas como o PT, o PCdoB, o PDT e em centrais sindicais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Como um governo com essa marca e origem

institucional deixou indefinidas por tanto tempo as negociações com os professores federais em greve? Para tentar indagar algumas respostas a essa questão, neste artigo proponho uma breve descrição da greve no âmbito do cotidiano das relações de trabalho no interior das universidades e uma descrição analítica das relações políticas dos sindicatos (ANDES e PROIFES) com os professores e com o governo.

### *Fatos de uma greve*

No dia 13 de julho de 2012, com quase dois meses de greve, o governo Dilma reuniu-se pela primeira vez com os sindicatos dos professores, o ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e o PROIFES (Fórum dos Professores de Instituições Federais do Ensino Superior), e nessa ocasião apresentou uma proposta de reajuste salarial e reestruturação da carreira aos professores em greve. A greve foi iniciada no dia 17 de maio de 2012 sob a liderança do ANDES-SN, com a paralisação de 14 universidades; nas duas semanas seguintes estavam paralisadas 40 universidades. Nessa ocasião, o PROIFES era contrário à greve porque mantinha negociações isoladas com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). No entanto, em 27 de maio, o PROIFES foi ignorado pelos negociadores do governo que cancelaram uma reunião marcada sem dar explicação alguma do fato e, sem o seu costumeiro interlocutor e com uma greve em andamento, o PROIFES tinha um sério problema a enfrentar: os próprios professores em greve.

Os ministérios responsáveis pelas negociações com os professores em greve procrastinaram o diálogo até limites de intransigência absurda, e somente quando a greve já atingia 56 das 59 universidades é que, no dia 13 de julho, apresentaram aos docentes a sua proposta de reestruturação da carreira e aumento salarial. Na semana seguinte, os professores das universidades em greve rejeitaram unanimemente a proposta do governo que, entre outras proposições, condicionava aumento salarial aos docentes com um aumento de 50% da carga horária trabalhada presencialmente em sala de aula. Naquela primeira negociação, ao atingir diretamente os tempos produtivos do trabalho dos professores-pesquisadores com a exigência de um aumento de mais 04 horas-aula presenciais (de 08h/a para 12h/a) na carga horária mínima obrigatória, termo esse que atingia diretamente os tempos de produção disponibilizada à pesquisa de todos os professores federais das universidades, porque é intrínseca à função desse docente a obrigatoriedade da pesquisa, anulando a capacidade de pesquisa a favor de uma maior intensificação do trabalho em sala de aula, com tal encaminhamento os gestores-tecnocratas do governo comprometiam o futuro da produção capitalista nacional, impedindo o país de estruturar de modo irreversível, por décadas futuras, os níveis produtivos de mais-valia relativa com alto valor técnico científico agregado. Sugerir mais tempo em sala de aula em detrimento do tempo livre dedicado à pesquisa foi um dos maiores erros da negociação do governo com os professores, tanto que a proposta foi unanimemente rejeitada e, de imediato, o número de universidades em greve quase atingiu a totalidade integral da rede federal de ensino.

A greve do Magistério Superior federal foi organizada em defesa da qualidade do ensino e da pesquisa nas Universidades federais de ensino, uma greve que tinha em perspectiva a defesa de uma maior eficiência para essa que é uma das instituições fundamentais do capitalismo. As práticas da greve, ao

exigirem melhores condições produtivas, no seu limite institucional defendiam um capitalismo mais eficiente para o país. Paradoxalmente, portanto, era uma greve que exigia uma melhor eficiência administrativa da tecnocracia de “esquerda” do governo Dilma que comanda hegemonicamente os destinos institucionais do capitalismo brasileiro. Foi uma greve de professores que na sua imensa maioria sempre estiveram ao lado dos governos de “esquerda” (Lula e Dilma).

Com a greve, um fato pedagógico de extrema importância apresentou-se aos professores e à população em geral: a “esquerda” capitalista que administra o país (PT e PCdoB) ao lado da principal central sindical (CUT) passou a ser percebida como grande inimiga dos trabalhadores grevistas. Na relutância em negociar, os gestores-tecnocratas de esquerda na direção do governo brasileiro queriam impor aos professores federais o seu controle institucional dos tempos produtivos, mas sob uma lógica que exigia uma maior presença em sala de aula, parecendo não entender que o espaço produtivo das universidades federais é o da mais-valia relativa, característica essa que exige da mesma a institucionalização da pesquisa científica. Os gestores-tecnocratas do governo erravam na avaliação que faziam do significado capitalista da produção universitária. E a sua intransigência em não negociar generalizou aos professores em greve e à população em geral que os mesmos eram um efetivo inimigo de classe dos trabalhadores. A greve mostrou a todos o poder de classe dominante capitalista dos gestores-tecnocratas do governo socialdemocrata do PT, PCdoB, PDT e PMDB. Os professores em greve queriam melhores salários, queriam uma melhor carreira, os professores em greve queriam (e querem) que a eficiência do projeto capitalista que o país desenvolve nos últimos anos sob a administração tecnocrática da esquerda socialdemocrata seja mantida e que as universidades se mantenham como sócias fundamentais nesse projeto.

### *Os gestores-tecnocratas como classe dominante capitalista*

Defino neste artigo o termo “gestores-tecnocratas” junto à obra de João Bernardo, pensador marxista português. João Bernardo define as *condições gerais de produção* (CGP) como o termo fundante da reprodutibilidade capitalista e é nas CGP que se encontram, historicamente, os gestores. Descrever a organização histórica das CGP é descrever a ação institucional do Estado Restrito (o Estado enquanto poder público), e somente da ação do Estado Restrito é que se puderam efetivar as condições históricas de existência das empresas (Estado Amplo).

A função central desempenhada pelas CGP na integração econômica requer a sua relação, no nível superestrutural, com uma instituição política centralizadora e coordenadora. Numa fase em que a dispersão interna do Estado Amplo o fragmentava, sendo, portanto impossível prosseguir no seu âmbito uma ação coordenadora, era ao Estado Restrito que ela se devia<sup>2</sup>.

O autor não tem uma perspectiva dual de Estado. Estado Restrito e Estado Amplo são expressões institucionais que universalizam uma só realidade: a exploração e a extorsão da mais-valia<sup>3</sup>. Essa realidade fundante do capitalismo é percebida em particularidades processuais, assim, Estado Restrito e Estado Amplo são a concepção histórico-política do Estado capitalista que universaliza a exploração,

que auto-organiza as classes dominantes em detrimento da hetero-organização (fragmentação) dos trabalhadores<sup>4</sup> e nunca locais privilegiados de realização institucional da política. E não se trata por isso de uma concepção economicista de Estado, ao contrário, o aspecto a reiterar como epicentro fundamental da concepção de história do autor, são as relações sociais de produção na realização da exploração capitalista. Diante da centralidade histórica da lei do valor, Estado Restrito e Estado Amplo são particularidades institucionais que universalizam a exploração. Não está presente no autor qualquer argumento que reitere como termos fundacionais presumidas esferas públicas e/ou privadas do social como instâncias autônomas.

Quais seriam então as determinações fundacionais do Estado Restrito? Estabelecer-se como o aparelho coordenador e controlador das CGP para assim também unificar o sentido produtivo das empresas (Estado Amplo).

Neste último caso, tais empresas particulares, embora mantendo-se formalmente o nível do Estado Amplo, a que pertenciam, entravam em relações de tipo especial com o Estado Restrito, que nelas podia intervir na medida em que fiscalizava em última instância o funcionamento das CGP e controlava-as indiretamente<sup>5</sup>.

É no âmbito da ação institucional do Estado Restrito que a Burguesia pôde se organizar como classe. Mas as práticas institucionais do Estado Restrito não podem ser percebidas como práticas *burguesas*, ao contrário, a ação institucional do Estado Restrito determinar-se-á por práticas de gestão tecnocrática, pela ação dos gestores na organização das CGP.

Afirma o autor que as CGP não se limitam ao que comumente se denomina como “infraestruturas”, porque envolvem todo o campo tecnológico em que estão articuladas as relações sociais de produção, o que significa dizer que é no âmbito das CGP que se definem os investimentos e modelações tecnológicas fundamentais para a garantia da realização da mais-valia relativa na esfera do Estado Amplo. Na perspectiva do autor, a universidade cumpre então um papel produtivo de máxima importância. É no âmbito das CGP que se realiza o sentido institucional das universidades federais. Enquanto as empresas privadas (Estado Amplo) capacitam-se em concorrência tecnológico-produtiva nos limites dos seus setores de investimento, são as CGP quem garantem a disseminação das tecnologias ao amplo lastro produtivo da sociedade, e é na esfera das CGP que a força de trabalho se qualifica e/ou requalifica. Para melhor elucidar a questão e perceber-se a ação tecnocrática dos gestores, descrevo a seguir de maneira bastante sumária os principais tipos que definem para o autor a universalidade das CGP e a ação do Estado Restrito.

Nas *condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho*, o autor encontra o sentido institucional das creches e dos demais estabelecimentos de ensino formadores de novas gerações de trabalhadores. Aqui se inserem também as infraestruturas sanitárias e hospitalares. As *condições gerais da realização social da exploração* seriam as formas institucionais repressivas que garantiriam ao capital a não posse por parte dos trabalhadores dos produtos criados pelo seu trabalho. Incluído como termo central dessa ordem repressiva, estaria o sentido global do urbanismo. As *condições gerais da operatividade do processo de trabalho* sintetizar-se-iam com os meios tecnológicos que afastam dos trabalhadores a sua capacidade de

administração da produção sendo, portanto, instrumentos tecnológicos de efetivação da administração do capital sobre a força de trabalho. Tais meios tecnológicos seriam o produto estruturado através de institutos de investigação de pesquisa científica. Computadores e outras ferramentas de informática seriam essas tecnologias para a administração como também para o armazenamento de informações e demais mecanismos de controle decisório. Nas *condições gerais da operacionalidade das unidades de produção*, estariam as redes de energia, de comunicação e transporte, coleta de lixo e fornecimento de água, o que se conhece como infraestrutura básica. Para definir as *condições gerais da operatividade do mercado*, o autor encontra os sistemas de divulgação e cruzamento de dados fundamentais para o estabelecimento de relações entre produtores e consumidores, e como corolário dessas práticas, estariam, por fim aquelas *condições gerais da realização social do mercado* como a propaganda e o estímulo ao consumo, os elementos de condicionamento ideológico de estilos e padrões vida<sup>6</sup>. Com esta descrição, estaria implícita a institucionalidade dos gestores-tecnocratas na sociedade capitalista, mas, mais importante, fica explícita a importância da universidade como elemento produtivo, porque em todas as CGP descritas as demandas tecnológicas subordinam-se em última instância como resultado produtivo dos centros de pesquisa das universidades.

Para concluir esta breve descrição, deve-se afirmar que o marxismo de João Bernardo sustenta-se por uma ordem teórica balizada pelo princípio da totalidade histórica. Não se trata de politicismo ou economicismo, mas um modelo interpretativo estruturado na universalidade capitalista das relações sociais de exploração e a lógica de produção e realização da lei do valor, esse é o eixo histórico que baliza a proposição teórica do autor. Na raiz de todas as relações sociais capitalistas, o autor percebe que uma classe dominante capitalista só se pode definir historicamente pela sua capacidade de auto-organização como tal e, principalmente, pela sua capacidade de impor a fragmentação dos trabalhadores e, com o que foi aqui sumariamente descrito, percebe-se que, para o autor, os gestores-tecnocratas são a classe dominante capitalista que consegue historicamente universalizar tais procedimentos de controle. Os gestores-tecnocratas são classe dominante por serem os organizadores da reprodução integrada e ampliada do capital, o termo central para o controle e organização institucional da sociedade, a burguesia como classe dominante capitalista estaria sujeitada como tal aos seus universos produtivos particulares, isto é, conforme a perspectiva analítica de João Bernardo, a burguesia é historicamente uma classe dominante cada vez mais subordinada aos gestores. Para melhor caracterizar essa assertiva, leia-se o autor:

O sistema de integração hierarquizada dos processos produtivos, com a superestrutura política que lhe corresponde, pressupõe que no interior do grupo social dos capitalistas se distingam a particularização e a integração. De cada um destes aspectos fundamentais decorre uma classe capitalista: a classe burguesa e a classe dos gestores. Defino a burguesia em função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada. Defino os gestores em função do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores<sup>7</sup>.

As universidades federais são estrutura fundamental na reprodução global das condições gerais de produção do capitalismo brasileiro e, sob essa perspectiva, a greve dos professores deve ser entendida como uma defesa de melhores condições de trabalho institucional à lógica da reprodução capitalista. Não

se tratava de uma greve “esquerdista”, muito ao contrário, as melhores condições de trabalho reivindicadas tinham como corolário uma melhor eficiência estrutural da universidade como instituição capitalista. Baixos salários e aumento da carga horária de trabalho em sala de aula são termos de baixa produtividade. A greve exigia, no seu limite, melhores condições para uma melhor eficiência produtiva, noutras palavras, a greve exigia a manutenção das universidades federais junto a um projeto institucional de mais-valia relativa. Paradoxalmente, a tecnocracia governamental, ao confrontar-se com os professores, confrontava-se e contradizia-se diante do seu projeto maior: continuar a ser a *melhor* expressão institucional na garantia da reprodução da mais-valia relativa no mercado nacional.

Com o processo de contratações dos últimos anos, milhares de novos professores ingressaram por concursos públicos de provas e títulos nas universidades federais. A exigência do título de doutor tem sido majoritária nesses concursos e hoje aproximadamente 70% do corpo docente é composto por professores doutores. Nos últimos cinco anos, mais de vinte mil professores ingressaram nas Universidades Federais, sendo a grande maioria portadora do título de doutor. Os governos Lula e Dilma mostraram ao país a necessidade de se definirem os novos fundamentos estruturais das condições gerais de produção capitalista no Brasil. As universidades federais, nesse processo, são elemento-chave. Investir nessa instituição capitalista fundamental é garantir os alicerces da reprodução ampliada do capital, tanto na formação e qualificação da força de trabalho do país, como na garantia do processo de reprodução científico-tecnológica do capital.

A expansão física das universidades federais para o interior do país ampliou imensamente as condições gerais de produção capitalista. Essa interiorização garantirá, por várias décadas, a realização possível dos fundamentos conectores da integração produtiva do país, porque, ao contrário da maioria das faculdades e universidades particulares que pululam como “fábricas caça-níqueis” de diplomas em qualquer cidadezinha do interior, a interiorização das universidades federais significa garantia de expansão tecnológica e formação de mão de obra de alta qualificação. Se as “fábricas caça-níqueis” agregam baixo valor a uma mão de obra que atenderá fundamentalmente o setor de serviços, as universidades federais tendem a agregar um alto valor à qualificação da força de trabalho que se demarcará institucionalmente junto à produção industrial, assim como à gestão das instituições capitalistas fundamentais (empresas transnacionalizadas, órgãos do poder público e ONG). A universidade pública é defendida não porque é pública, mas porque é a melhor instituição capitalista na reprodução ampliada de alto valor tecnológico. A universidade pública é o vértice da reprodução e realização da mais-valia relativa, enquanto as “fábricas caça-níqueis” garantem os qualificadores formais de uma força de trabalho perspectivada em níveis produtivos de baixo valor tecnológico, isto é, em níveis de mais-valia absoluta. Defender a universidade pública é defender o êxito de um projeto capitalista de excelência para o país. Nesse sentido, a luta dos professores nesta greve foi pela manutenção exitosa do projeto capitalista que os governos Lula-Dilma colocaram em movimento.

### *O capitalismo sindical dos pequenos gestores-tecnocratas*

Durante muitos anos (da década de 1970 até meados da década de 2000) o acesso à carreira de professor federal dava-se majoritariamente por professores graduados ou, quando muito, por professores mestres. Raros eram os concursos para professores doutores, porque o mercado não tinha profissionais assim qualificados. O ingresso numa universidade federal é que garantiria o percurso de qualificação desse professor graduado à obtenção do seu doutorado. O sentido político-pedagógico de uma universidade federal era o de privilegiar a excelência do ensino nos cursos de graduação, a marca social de uma universidade federal era essa: excelente nível de ensino por causa dos excelentes professores (os melhores do mercado, porque avaliados por concursos públicos); os professores eram os melhores e a instituição, por sua vez, ainda os notabilizava mais pelas condições de titulação que lhes oferecia. Uma carreira no magistério superior se fazia pela excelência do ensino, com um corpo docente em processo de qualificação. Sob essas circunstâncias, obter um doutorado e logo a seguir conseguir ser aprovado como professor titular era a meta central de uma carreira de sucesso. A qualificação desse professor concursado acontecia com afastamentos remunerados de dois a três anos para um título de mestre e de quatro a cinco anos para um título de doutor. Administrar as saídas dos professores para a sua qualificação individual era um dos grandes problemas na gestão dos departamentos e faculdades. Os professores se qualificavam em carreiras individualizadas, a universidade queria deles o título, a qualificação individual. Com os afastamentos remunerados, os professores ficavam fora da universidade por esses períodos, os demais colegas no departamento viam-se obrigados a “substituí-los” em sala de aula e faziam isso porque cada um esperava a sua vez de saída; eram comuns as “listas de saída”. Em linhas bastante resumidas, era assim que se caracterizava uma carreira docente nas universidades federais.

Com uma carreira marcada pelo esforço da titulação conquistada, muitos desses quadros qualificados em longo prazo voltaram-se para os cargos internos da universidade. Se hoje uma carreira docente é medida pela quantidade de artigos ou livros publicados, até bem pouco tempo atrás, o prestígio de um professor se definia no êxito de sua trajetória dentro dos meandros burocráticos da universidade. Chefes de departamento e diretores de faculdade consagravam o seu poder e sua importância política em cenários como Câmaras de Graduação, Conselhos Universitários e vários outros fóruns deliberativos internos ao funcionamento de uma universidade. Tais cargos e tais ambientes ressaltavam trajetórias individuais de professores com fortes vínculos político-partidários no campo da *esquerda* (PT, PCdoB, PCB, PDT). Um detalhe não pode ser esquecido nesta descrição que aqui apresento: uma parte da antiga esquerda sindical (que reitera e compõe a ação institucional do PROIFES) é composta por professores que se notabilizaram dentro de umas poucas universidades como professores de esquerda, alguns ainda se dizem “comunistas” (especialmente quando militantes do PCdoB); indivíduos que dedicaram toda a sua vida à Universidade, foram militantes no movimento estudantil, graduaram-se e tornaram-se professores na mesma universidade e depois fizeram a carreira procurando a titulação fora dessa universidade. Quando voltaram, encontraram uma universidade ainda estruturada apenas em cursos de graduação, tanto que muitos que se titularam como mestres desistiram de sair novamente à procura do título de doutor; afinal, de que lhes valia tal título se poderiam chegar ao topo da carreira como Adjunto 4 (o topo da carreira antes da reforma de 2005) sem precisar do mesmo? Esse é um detalhe a observar. E os que

buscaram o doutorado? Esses, em não encontrando uma pós-graduação organizada na sua área de pesquisa e docência, seguiram adiante no interior da universidade atrás dos cargos. Definiram-se ao longo de décadas como especialistas na burocracia, especialistas no controle institucional, pequenos gestores-tecnocratas que diante dos seus colegas especializaram-se na sentença: “Isso não pode!” Essa é a frase do poder do pequeno gestor-tecnocrata universitário, a expressão emasculatória da imaginação. Nada se podia executar dentro das universidades porque lá estavam eles a dizer: “Isso não pode!”. Ao lado dessas carreiras na burocracia da universidade, preenchida por doutores (uma exigência para os cargos), outra carreira se fez contundente: a do professor-sindicalista, aquele professor (apenas alguns doutores, a grande maioria era de mestres ou graduados) que encontrou nos cargos sindicais o sentido de sua existência acadêmica. Grandes lutas contra governos “reacionários” (como as do período Fernando Henrique Cardoso) consagraram tais professores; alguns se tornaram importantes referências institucionais no cenário da esquerda local (da universidade). Dessas práticas de resistência, combate e luta em defesa da universidade e das carreiras, construíram-se os sindicatos (antes associações vinculadas ao ANDES, e recentemente transformadas em sindicatos locais vinculados tanto ao ANDES [sindicato nacional] como aos sete sindicatos locais vinculados ao PROIFES federação).

Nos últimos anos, no entanto, as universidades federais passaram por um duro processo de transição institucional nas suas funções produtivas basilares diante do atual processo de expansão e integração capitalista mundial a que se envolve o Brasil como potência capitalista. É um processo irreversível que exigirá lastros produtivos em pesquisa das universidades federais cada vez mais intensificados. Não há mais espaço para a existência da antiga Universidade Federal da excelência pública no ensino; aquilo que era marca da excelência de antes, agora é marca que se exige a todas as faculdades e universidades em qualquer lugar do país (e sejam públicas ou privadas). A excelência acadêmica de hoje se determina pela pesquisa. Com a profusão de cursos de pós-graduação nos últimos 15 anos, instituiu-se um ritmo produtivo acelerado ao interior das universidades. Esse ritmo aterroriza os velhos quadros tecnocráticos; esse ritmo produtivo estilhaça por dentro qualquer possibilidade de existência dos “tempos tranquilos” de antes. No atual momento produtivo de expansão generalizada das práticas de gestão fordistas-toyotistas, reproduzidas em todas as áreas do conhecimento, exige-se de um professor o ritmo do gestor-empresário. Cada vez mais a carreira de um jovem doutor se faz pelo gerenciamento capitalista de sua pesquisa com alguma pesquisa em rede, ou um sistema de grande eficiência para a reprodução tecnológica da cadeia produtiva em setores de pesquisa estratégica em redes de pesquisadores *on line* em laboratórios integrados, movimentando com isso uma quantidade extraordinária de estudantes associados, os futuros “jovens” doutores. E mesmo se não houver esse complexo interinstitucional que remeta a pesquisa acadêmica diretamente à produção capitalista, circuitos institucionais são reproduzidos e ampliados nas práticas dos congressos, simpósios, colóquios, uma gigantesca máquina empresarial capitalista retroalimenta essas institucionalidades universitárias. Se antes um professor doutor esperava dois anos pelo encontro nacional de sua área para apresentar os seus trabalhos de pesquisa, hoje organiza três ou quatro encontros internacionais por ano dentro da sua faculdade, para dizer exatamente a mesma



coisa em todos eles. Nessas realidades é que encontramos os professores das universidades federais. Um emaranhado de contradições e armadilhas que os colocam em choque competitivo uns contra os outros.

A greve não se fez como luta contra um governo de direita naquilo que se convencionava chamar de representantes ideológico-partidários da “burguesia”. Ao contrário, a recente greve dos professores das universidades federais foi uma luta contra a *esquerda capitalista*, contra os gestores-tecnocratas egressos do mundo sindical de antes, gestores-tecnocratas formados numa locução institucional de tempos produtivos de mais-valia absoluta, que pensavam, organizavam e realizavam os controles produtivos do poder individual presencial, o poder dos chefes sindicais. No caso das universidades em greve, o poder dos antigos chefes de departamento, dos diretores de faculdade, esses que agora não entendem porque não podem mais exclamar com toda a sua autoridade a velha frase de antes: “Isso não pode!”. Nas universidades federais cada vez mais integradas aos ritmos da produção da mais-valia relativa, agora tudo é possível, porque tudo já está determinado pelos ciclos globais da produção. Se antes os velhos gestores-tecnocratas roubavam a imaginação, agora os novos gestores-tecnocratas são obrigados a estimular a realização da imaginação porque sabem que já não é mais possível imaginar nada.

### *Conclusão: os significados do capitalismo sindical do PROIFES e do ANDES-SN*

A greve particularizou duas práticas sindicais antagônicas: as práticas do PROIFES que, inicialmente contrário à greve, foi, no entanto, obrigado a apoiar a greve, mas por pouco tempo, porque acabou por trair a greve assinando um acordo salarial a portas fechadas com o governo; e as práticas do ANDES-SN que, liderando a greve, não se viu reconhecido como interlocutor pelo governo e, pela não interlocução junto ao governo, acabou por manter inercialmente uma greve em semanas consecutivas sem destino institucional algum. O que temos desse quadro sindical?

O PROIFES, um cenáculo de pequenos gestores-tecnocratas da esquerda sindical capitalista (PT, PCdoB, CUT, CTB), percebendo-se como lídimo sócio do projeto capitalista governamental apresentou-se aos professores em greve como antagonista democrata do “sectarismo” sindical do ANDES-SN. Os gestores-tecnocratas do PROIFES são o escol remanescente de antigos professores da Universidade Federal do “isso não pode!”, são os antigos capitalistas sindicais que durante muitos anos administraram o patrimônio privado de alguns sindicatos. Esses pequenos gestores-tecnocratas olham para o sindicato não como uma relação social, mas como uma propriedade que cresce a olhos vistos tanto em paredes, salas e carros, como em fundos de investimento. Defender o patrimônio sindical-capitalista e continuar a sentir-se “sócio” do projeto capitalista transnacionalizado dos governos Lula-Dilma, esse é o sectarismo dos pequenos gestores-tecnocratas do PROIFES; contudo, é um projeto institucional produtivo de mais-valia absoluta, porque, centralizado nas figuras autocráticas das lideranças “históricas” do sindicalismo local, o máximo de consciência possível de um gestor-tecnocrata do PROIFES é o da ação institucional dos poderes verticalizados, um mundo produtivo intrinsecamente derrotado frente às configurações dos novos ritmos produtivos acadêmicos estabelecidos em redes de conexão e não mais em

poderes verticalizados. Concluo, portanto, que o projeto político do PROIFES é um anacronismo institucional e tende a desaparecer muito em breve.

A marca emblemática da ação institucional do ANDES-SN na greve deu-se com a ação dos “novos” professores, os recém-concursados e/ou os professores em processo de qualificação (mestres-doutorandos), professores “desconhecidos” às tradições internas dos poderes universitários locais ou professores com trabalhos de pesquisa em conexão institucional integrada. Se com o PROIFES encontrava-se a institucionalização da mais-valia absoluta, com o ANDES-SN encontrava-se a institucionalização da mais-valia relativa e esse é o grande paradoxo político da greve, isso porque, esse sindicato, por expressar internamente a institucionalidade político-partidária de oposição ao governo (com partidos como o PSOL e o PSTU e uma central sindical como a CONLUTAS), liderou na greve (mesmo derrotado politicamente) o universo de professores que exigia uma universidade melhor integrada aos ritmos produtivos da mais-valia relativa. Esse paradoxo de representação institucional faz do ANDES o melhor sócio para a reprodução ampliada do capitalismo brasileiro, logo, a “extrema” esquerda sindical de oposição ao governo também é uma interface de classe dos gestores-tecnocratas do capitalismo brasileiro. No âmbito sindical do magistério nas universidades federais, o que a greve demonstrou foi uma luta política de frações de uma mesma classe dominante capitalista, porque ambas as esferas sindicais apresentam-se como propositoras de uma agenda global capitalista para as universidades federais. A circunstância da gestão produtiva é que as diferencia politicamente: o PROIFES vinculado a uma agenda de mais-valia absoluta e o ANDES-SN vinculado a uma agenda de mais-valia relativa. Nesta greve, o PROIFES obteve uma “vitória” política junto ao governo e o ANDES-SN, por sua vez, foi “derrotado” pelo governo. Contudo, não será junto ao PROIFES que o governo manterá seu controle sobre o trabalho docente nas universidades federais, isto porque o modelo PROIFES corrobora o anacronismo da gestão autocrática. O controle sobre o trabalho docente será feito através de novas perspectivas institucionais que se organizarão sob a agenda da integração produtiva de alto valor tecnológico. O controle governamental acontecerá pela disponibilização de recursos e tecnologias ao corpo docente (aos doutores-pesquisadores e seus eficientes grupos de pesquisa, justamente aqueles que lutaram pela greve contra o governo e contra o PROIFES), e se essa hipótese consumir-se como rito cotidiano, o ANDES-SN terá que se reformular profundamente na sua relação sindical com o magistério superior federal ou também deixará de existir como sindicato para os professores das universidades federais.

### **Referências:**

BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

BERNARDO, J. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Afrontamento, 2003.

BERNARDO, J.; PEREIRA, L. *Capitalismo sindical*. São Paulo: Xamã, 2008.

---

**Notas:**

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: [joaoacpinto@yahoo.com.br](mailto:joaoacpinto@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> (BERNARDO, 1991, p. 165).

<sup>3</sup> João Bernardo tem no conceito de mais-valia o centro do seu modelo teórico. “Na forma como admito a integração econômica há apenas um lugar fundamental de inter-relação social, que é o da produção e extorsão de mais-valia. [...] a produção da mais-valia se encontra no centro da vida econômica e social” (Idem, p. 229). Para uma definição geral do processo de institucionalização histórica da produção e realização da mais-valia no capitalismo, consultar o livro *Economia dos conflitos sociais* (1991), especialmente as páginas 63-154. Para efeitos de uma definição sintética, transcrevo esta definição de mais-valia: “Ao longo da história do capitalismo, os trabalhadores conseguiram com efeito reduzir o seu horário formal de trabalho, mas sob a condição de exercerem uma atividade cada vez mais intensa e sempre mais qualificada. O carácter progressivamente mais complexo do trabalho faz com que cada hora despendida seja o múltiplo da hora de trabalho simples, pelo que, contrariamente às aparências, a diminuição da jornada oficial corresponde a um acréscimo de dispêndio real de tempo de trabalho. [...] Em suma, ao verem-se obrigados a aceitar as reivindicações de redução da jornada de trabalho os capitalistas recorrem aos mecanismos da produtividade para extorquir aos trabalhadores uma quantidade crescente de tempo de trabalho complexo; e ao verem-se obrigados também a aceitar as exigências de aumentos salariais os capitalistas podem, graças ao duplo mecanismo da produtividade, pagar aos trabalhadores com bens que incorporam uma quantidade declinante de tempo de trabalho. Este processo de agravamento da exploração, em que consiste a mais-valia relativa e a que se resume o desenvolvimento econômico, tem como agente motor as reivindicações dos trabalhadores. O capitalismo estagnaria sem as pressões decorrentes dos conflitos sociais”. (BERNARDO, 2003, p. 257).

<sup>4</sup> João Bernardo complementa: “[...] não existe no Estado capitalista qualquer lugar neutral, nenhuma arena onde exploradores e explorados possam medir forças e definir espaços, somando avanços e recuos e traçando demarcações que persistam ao longo do tempo. Muito mais do que um conjunto de instituições, funcionando como aparelho ao serviço dos poderosos, o Estado é um princípio de organização geral das instituições. [...] O Estado capitalista não é apenas uma plataforma que as classes dominantes usam para se constituírem internamente nem um simples instrumento de opressão dos explorados. Na sociedade atual uma classe domina na medida em que dita a organização interna da classe dominada. Princípio de auto-organização das classes capitalistas, o Estado é ao mesmo tempo o princípio da hetero-organização da classe trabalhadora” (BERNARDO, 2003, p. 26).

<sup>5</sup> Bernardo (1991, p. 164).

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*, p. 159-161.

<sup>7</sup> Idem, p. 202.

Recebido em: 12/2012

Publicado em: 06/2013.